



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 003/2024

CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura de Anchieta/ES - Fundo Municipal de Saúde

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados, conforme condições e exigências previstas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 259.872,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 04 /07/2024 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL DA LICITAÇÃO

www.portaldecompraspublicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO APLICÁVEL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO CONTRATO.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO...	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
9. DA ASSINATURA DO CONTRATO.....	23
10. DO PRAZO DO CONTRATO.....	24
11. DOS RECURSOS.....	24
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	25
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	28
14. ORIENTAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	28
15. DO CONTRATO.....	29
16. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	29
17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	29
18. FISCALIZAÇÃO	29
19. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	29
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	31
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA	68
ANEXO III - DECLARAÇÃO CONJUNTA	71
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO	73



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024
Código ID CidadEs TCEES: 2024.007E0500001.01.0002

(Protocolo digital nº 22571/2023)

PREÂMBULO:

O Município de Anchieta, com sede à Rodovia Edival José Petri, km21,5, n.º 1.620, Vila Residencial Samarco, Anchieta/ES, torna público que realizará procedimento de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com amparo na Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar n.º 123/2006 e Lei Municipal nº 1.315/18, Processo digital nº 22571/2023, através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal A N.º 609, de 15 de fevereiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados.**

2. DO CONTRATO

2.1. Todas as regras referentes ao CONTRATO constam na minuta (**Anexo IV**).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>) e devidamente cadastrados no SICAF.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Considerando o valor da contratação, e por se tratar de lote único, a licitação será de ampla concorrência.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as ME/EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.7.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.7.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

3.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, haja vista que trata-se de objeto simples de fornecimento, podendo ser fornecido por qualquer empresa do ramo de venda de equipamentos de processamento de dados;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

3.13. A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço e/ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Os preços referenciais encontram-se no modelo de proposta (**Anexo II**).

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.5.1. Considerando a licitação de ampla concorrência, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2.1 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 4.12. O valor final mínimo e/ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **Valor unitário e total do item;**
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. **Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital, sendo estes os constantes no Modelo de Proposta (Anexo II) do edital.**

5.9. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances e solicitação do Agente da Contratação/Pregoeiro por meio do sistema, no prazo a ser definido pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

5.9.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

5.10. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente da Contratação/Pregoeiro.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)**.
- 6.8.1. O intervalo mínimo considera o valor unitário do item, conforme operacionalização no sistema de licitações eletrônicas utilizadas pela municipalidade que, nas licitações por item, trabalha com lances do valor unitário.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance **inconsistente** ou **inexequível**.
- 6.10. O critério de julgamento deste pregão eletrônico será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, por meio do modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.
- 6.11. Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 6.11.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 6.11.2. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 6.11.3. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.12. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente da Contratação/Pregoeiro e os licitantes.
- 6.13. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Agente da Contratação/Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 6.14. Classificadas as propostas, considerando-se o critério de MENOR PREÇO GLOBAL, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.15. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
- 6.16. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste edital.
- 6.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 6.18. Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá às seguintes regras:
- 6.18.1. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
 - 6.18.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;
 - 6.18.3. O intervalo temporal entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 5 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances;
 - 6.18.4. Os lances enviados em desacordo com este item serão descartados automaticamente pelo sistema;
 - 6.18.5. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro;
 - 6.18.6. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema;
 - 6.18.7. O Pregoeiro, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
 - 6.18.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - 6.18.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.18.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores
- 6.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.20. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

- 6.20.1. A etapa inicial de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;
- 6.20.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;
- 6.20.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 6.20.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;
- 6.20.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.20.3 e 6.20.4, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade;
- 6.20.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.20.3 e 6.20.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.20.5;
- 6.20.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.20.6.
- 6.21. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 6.23. Caso ocorra qualquer problema técnico no sistema, os licitantes serão informados no campo de mensagens pelo Agente da Contratação/Pregoeiro. Desde já, ficam os licitantes cientes que deverão aguardar o início ou continuidade do certame na sala de disputa.
- 6.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.25.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.25.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.25.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.25.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.25.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.25.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Espírito Santo;
- 6.25.2.2. Empresas brasileiras;
- 6.25.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.25.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.26.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

6.27. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.27.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.27.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.6 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no 28 a 38 do Decreto Municipal nº 6419, de 08 de agosto de 2023.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

8.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 são:

8.2.1. Habilitação Jurídica:

- 8.2.1.1 Registro comercial no caso de empresa individual;
- 8.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedade comercial;
- 8.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 8.2.1.4 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 1971;
- 8.2.1.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;
- 8.2.1.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 8.2.2.1 Registro comercial prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.2.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 8.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal domicílio ou sede da licitante, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- 8.2.2.5 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.2.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto - Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.2.2.7 Caso a licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.2.2.8 Caso a licitante detentora do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.2.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou se for o caso, as empresas que apresentarem certidão POSITIVA de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, poderão participar da licitação, desde que o juízo em que tramita o procedimento de recuperação judicial certifique que a empresa está em situação econômico-financeira que a possibilite contratar com a Administração Pública (art.58, NLRJ).

8.2.4. Qualificação Técnica:

- 8.2.4.1. Comprovação Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para a prestação do serviço compatível com as características indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA.
- 8.2.4.2. O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 8.2.4.3. O Município de Anchieta poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 8.2.4.4. **A empresa deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação:**
- 8.2.4.5. COMPROVAÇÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DA LICITANTE no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) E/OU Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) E/OU de Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) da região da sede da empresa.
- 8.2.4.6. COMPROVAÇÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), da região da sede da empresa.
- 8.2.4.7. Caso a empresa licitante vencedora e o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) por esta forem de outro estado, deverão apresentar, **PARA FINS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, o visto do CREA e/ou CAU e/ou CRT do Estado do Espírito Santo.
- 8.2.4.8. COMPROVAÇÃO de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA e/ou CAU e/ou CRT, de nível superior e/ou Técnico, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.
- 8.2.4.9. O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação e proposta, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado, contrato social ou declaração de contratação futura conforme o caso.
- 8.2.4.10. O contrato de prestação de serviços ou declaração que se refira à obrigação futura do profissional em responder



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral do serviço objeto desta licitação.

8.2.4.11.O profissional indicado pelo licitante deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste instrumento.

8.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

8.3.1. O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §3º, da Lei Municipal nº 1315/2018;

8.3.3. O prazo acima poderá, a critério do Município, ser prorrogado por igual período;

8.3.4. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado ao Município de Anchieta convocar os licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.4. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

8.4.1. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Municipal 1315/2018 em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

8.4.2. Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparada seja optante pelo Sistema Simples



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).

- 8.4.3. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.
- 8.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou no CAGEFAN (Cadastro Geral de Fornecedores de Anchieta), desde todos os documentos estejam válidos.
- 8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.8.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia cuja prova de autenticidade poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal – ou no caso de documentos extraídos de sistemas informatizados (internet), através da verificação de sua autenticidade por meio eletrônico, nos termos da legislação vigente.
- 8.10. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 8.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.12. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração conjunta, nos moldes do **ANEXO III**, aduzindo, dentre outras questões, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF ou no CAGEFAN e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.14. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.15. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou no CAGEFAN ou que, contemplados, estejam vencidos serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.16. A verificação no SICAF ou CAGEFAN ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 8.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.18. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro(a), de forma isolada ou juntamente com sua equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o documento contratual, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. O contrato será assinado por meio de assinatura digital ou presencialmente e disponibilizada no PNCP.
- 9.4. Fica facultado à Administração quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 9.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 9.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 9.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 9.6.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - 9.6.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

9.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas no item 12 do edital e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

9.8. A regra do item 9.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 9.6.1.

10. DO PRAZO DO CONTRATO

10.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, podendo ser prorrogados por igual período, comprovada sua vantajosidade, pelo prazo de até 05 anos, por tratar-se de serviço contínuo, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando prevista em edital;
 - 12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra (esta quando prevista) em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5. Fraudar a licitação;
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.2.1. Advertência;
 - 12.2.2. Multa;
 - 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e;
 - 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, realizada na forma eletrônica, pelos seguintes meios:
- 13.3.1. Em campo específico, através do Portal de Compras Públicas;
 - 13.3.2. Extraordinariamente, em caso de indisponibilidade do referido portal, mediante comprovação, através do e-mail: pregao.anchieta@anchieta.es.gov.br desde que contenha assinatura digital dos documentos;
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS ORIENTAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 14.1. As informações relativas a prestação dos serviços, estão descritas no item “7” do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

15. DO CONTRATO

15.1. Todas as regras do contrato encontram-se descritas na minuta do termo de contrato (**ANEXO IV**).

16. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Encontram-se descrito no item “6” do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

17. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

17.1. Os critérios de medição e pagamento estão descritos no item “9” do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. As informações relativas à fiscalização e gestão do contrato estão descritas no item “8” do **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.anchieta.es.gov.br/licitacao.
- 19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 19.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Fluxograma e critérios para aprovação do orçamento das peças/acessórios
 - 19.11.1.2. Apêndice II do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 19.11.1.3. Apêndice III do Anexo I – Mapa de Riscos
 - 19.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta
 - 19.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Conjunta
 - 19.11.4. ANEXO IV – Minuta do Contrato

Anchieta/ES, 19 de Junho de 2024.

Fabício Petri
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS - LICITAÇÃO

(Protocolo Digital nº 22571/2023)

1. UNIDADE REQUISITANTE

1.1. Secretaria Municipal de Saúde.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados.

LOTE ÚNICO				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO SUCINTA	UN. DE MEDIDA	QUANT. MÁX.
1	49962	REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE GRUPO GERADOR	% DE DESCONTO	80.000,00 ¹
2	46922	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA GRUPO GERADOR	HT	180
3	46960	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR MENSAL	SV	12
4	46961	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR TRIMESTRAL	SV	4
5	46847	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR SEMESTRAL	SV	2
6	46848	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR ANUAL	SV	1

2.1.1. Caberá à Coordenação de Compras verificar o valor real de mercado para ser utilizado como base na licitação.

2.1.2. A descrição pormenorizada dos itens consta no item 4.1 deste Termo de Referência

¹ A quantidade máxima para fornecimento de peças, e o orçamento disponibilizado pela SEMUS no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). O desconto percentual será aplicado sobre as peças fornecidas e não sobre o orçamento estimado, que é fixo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se no Estudo Técnico Preliminar 001/2024, base deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DEVIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. Especificações:

LOTE ÚNICO			
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO PORMENORIZADA	UN. DE MEDIDA
1	49962	REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE GRUPO GERADOR DESCRIÇÃO: 01 (UM) GERA POWER BRASIL - BRUSHLESS GENERATOR. MOD.: GF 3 212 POTÊNCIA STAND BY: 170 KW 212 KVA POTENCIA CONTÍNUA: 165 KW 206 KVAFATOR POT: 0,8 IP23 HTEMP. AMB. 40 ° CNº SÉRIE: PG10070238 VOLT. 220/127 RPM. 1800 FASE. 3 AMP. 680 DATA: 07/2011 MOTOR MOD. 6113ZID Nº SÉRIE: 0130031 A CONTRATADA DEVERA FORNECER QUALQUER TIPO DE PEÇA E ACESSÓRIOS PARA O COMPLETO FUNCIONAMENTO DO GRUPO GERADOR. E DEVERÁ COMPROVAR O DESCONTO SOBRE AS PEÇAS NAS NOTAS FISCAIS, COM APRESENTAÇÃO DE 3 (TRÊS) ORÇAMENTOS, NO QUAL, SERÁ VALIDADO O DE MENOR VALOR, QUE INCIDIRÁ O DESCONTO ACORDADO COM A CONTRATANTE.	% desconto
2	46922	MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA GRUPO GERADOR SERÁ REALIZADA SEMPRE QUE SOLICITADA PELO CONTRATANTE, E DEVERÁ SER FEITA DA SEGUINTE MANEIRA: MANUTENÇÃO CORRETIVA: A MANUTENÇÃO CORRETIVA DEVERÁ SER PRESTADA PELA CONTRATADA, MEDIANTE ABERTURA DE ORDEM DE SERVIÇO DO CONTRATANTE, QUE SERÁ VIA TELEFONE OU VIA E-MAIL, OBEDECENDO AS SEGUINTE REGRAS. NO CASO DE O GERADOR NÃO SER ACIONADO NA FALTA DE ENERGIA, O PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO SERÁ DE ATÉ 02(DUAS) HORAS CONTADAS A PARTIR DO CONTATO VIA TELEFONE E/OU E-MAIL. NESSE CASO, IMPRETERIVELMENTE, A CONTRATADA FICA OBRIGADA A COLOCAR O GRUPO-GERADOR EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE 01 (UM) HORA, CONTADO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO, SALVO NOS	HT



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

		PROBLEMAS EXTREMOS, ANALISADO PELO FISCAL DO CONTRATO. NOS DEMAIS CASOS, O PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO DEVERÁ SER DE 04 (QUATRO) HORAS, CONTADAS A PARTIR DO ENCAMINHAMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO; O EQUIPAMENTO PODERÁ SER RETIRADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA, A QUAL TERÁ UM PRAZO DE 24 HORAS PARA APRESENTAR DIAGNÓSTICO, BEM COMO AS PEÇAS NECESSÁRIAS AO REPARO, COM O RESPECTIVO ORÇAMENTO; APÓS A AUTORIZAÇÃO PARA CONSERTO, A CONTRATADA TERÁ O PRAZO DE 1(UM) ÚTIL PARA DEVOLUÇÃO. OS MATERIAIS OBSOLETOS DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE DEVOLVIDOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DENTRE OUTRAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.	
3	46960	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR MENSAL, VERIFICAR O ELEMENTO FILTRANTE DE AR E TROCÁ-LO CASO NECESSÁRIO, LIMPAR O TANQUE DE COMBUSTÍVEL, CHECAR E APERTAR PORCAS E PARAFUSOS, VERIFICAR E COMPLETAR O NÍVEL DE COMBUSTÍVEL, VERIFICAR E COMPLETAR O NÍVEL DE ÓLEO, CHECAR VAZAMENTOS DE ÓLEO, CHECAR O FLUÍDO DA BATERIA	SV
4	46961	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR TRIMESTRAL, TROCAR O ÓLEO DO MOTOR	SV
5	46847	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR SEMESTRAL, TROCAR FILTRO LUBRIFICANTE, CHECAR O BICO INJETOR E TROCÁ-LO SE NECESSÁRIO, VERIFICAR A BOMBA DE COMBUSTÍVEL, VERIFICAR A TUBULAÇÃO DE COMBUSTÍVEL E TROCÁ-LA SE NECESSÁRIO, AJUSTAR A FOLGA DAS VÁLVULAS DE ADMISSÃO.	SV
6	46848	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR ANUAL, TROCAR O FILTRO DE COMBUSTÍVEL, LIMPAR AS SUPERFÍCIES DE CONTATO DOS BALANCINS, TROCAR OS ANÉIS DO PISTÃO.	SV

5. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

5.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

() Sim

(X) Não

5.2 Deverá ser adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), caso a licitação esteja dentro do valor previsto no art. 37 da Lei Municipal 1.315/2018 em consonância com o art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

Art. 37 A Administração Pública Municipal deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte ou equiparada nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

5.3 Caso a licitação ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 e, dada a natureza da contratação, a mesma deverá ser realizada com ampla concorrência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Sustentabilidade:

6.1.1. O descarte de materiais, óleos, poluentes e peças utilizadas nas manutenções preventivas e corretivas devem obedecer a legislação vigente e as recomendações dos órgãos de controle ambiental.

6.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

6.2.1. Para esta contratação não haverá indicação de marca específica ou de marcas referenciais

6.3. Da exigência de amostra:

6.3.1. Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

6.4. Da exigência de carta de solidariedade:

6.4.1. Não aplicável.

6.5. Subcontratação:

6.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

6.6. Garantia da contratação:

6.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Qualificação Técnica Operacional/Profissional:

6.7.1. Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para a prestação do serviço compatível com as características indicadas no TERMO DE REFERÊNCIA.

6.7.2. O (s) atestado (s) deve (m) ser emitido (s) em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

6.7.3. O Município de Anchieta poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

6.3.4.COMPROVAÇÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DA LICITANTE no Conselho Regional de Engenharia, Agronomia (CREA) E/OU Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) E/OU de Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT) da região da sede da empresa.

6.3.5.COMPROVAÇÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO indicado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), da região da sede da empresa.

6.3.6.Caso a empresa licitante vencedora e o(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) por esta forem de outro estado, deverão apresentar, **PARA FINS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, o visto do CREA e/ou CAU e/ou CRT do Estado do Espírito Santo.

6.3.7.COMPROVAÇÃO de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA e/ou CAU e/ou CRT, de nível superior e/ou Técnico, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da licitação.

6.3.8.O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação e proposta, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado, contrato social ou declaração de contratação futura conforme o caso.

6.3.9. O contrato de prestação de serviços ou declaração que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante deverá especificar sua vinculação à execução integral do serviço objeto desta licitação.

6.3.10.O profissional indicado pelo licitante deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste instrumento.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

7.1. Manutenções preventivas

7.1.1.Prestar os serviços constantes na descrição do objeto,além de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

7.1.2 Efetuar manutenção preventiva dos equipamentos mantendo-os em condições normais de funcionamento;

7.1.3. Possuir todos os equipamentos necessários na hora da manutenção, para que o serviço não seja interrompido sem conclusão;

7.1.4. Na manutenção preventiva mensal, deve ser realizada uma verificação das condições gerais do grupo gerador, a fim de verificar se está tudo em perfeito funcionamento e, também, se existe algum desgaste que seja passível de tornar-se um problema, sendo também necessário:

- A) Verificar a limpeza e o nível do líquido de arrefecimento do radiador.
- B) Verificar, através da vareta, o estado e o nível do óleo do cárter;
- C) Verificar o nível do combustível do tanque;
- D) Verificar se há vazamentos de óleo e água. Repare-os se houver antes de voltar a funcionar o motor;
- E) Ficar atento ao ruído do motor, em caso de anormalidade, pará-lo e comunicar a contratante;
- F) Limpar a caixa e o filtro de ar quando o equipamento estiver operando em local empoeirado.

7.1.5. A manutenção preventiva mensal inclui a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, verificação das condições operacionais do gerador, análises de vazamento, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada do equipamento.

7.1.6. O óleo combustível deve ser de boa qualidade, isento de impurezas e água. Guardar em recipiente limpo, protegido da chuva e da poeira;

7.1.7. Seguir as orientações da fabricante para manutenção preventiva;

7.1.8. Os materiais e peças necessários para realização da manutenção preventiva são de responsabilidade da empresa contratada.

7.1.9. A manutenção preventiva deverá ser executada de modo que não prejudique o funcionamento das atividades do Pronto Atendimento Municipal.

7.1.10. Na proposta de preços relativos à manutenção corretiva a empresa deve prever as horas de trabalho, mão de obra, peças, acessórios, equipamento, não sendo possível a cobrança valores de hora de trabalho, ou ainda de peças, equipamentos e acessórios já previstos na manutenção preventiva.

7.1.10.1. Excetua-se do item 7.1.10. o diagnóstico de eventuais problemas durante a manutenção preventiva, não previstas nas manutenções preventivas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

e que não se enquadrem como preventivo, mas sim como manutenção corretiva.

7.1.10.2. Na hipótese do item 7.1.10. a empresa CONTRATADA, deverá enviar relatório de avaliação técnica ao fiscal do contrato, informando as peças equipamentos defeituosos e solicitar autorização para o reparo e execução do serviço.

7.2 Manutenção corretiva:

7.2.1. A manutenção corretiva é aquela destinada a solucionar os defeitos apresentados pelo grupo gerador, compreendendo reparação, substituição de peças, restauração dos componentes e de todas as atividades necessárias a garantia do perfeito funcionamento do equipamento defeituoso, conforme manuais e normas técnicas específicas.

7.2.2. A manutenção Corretiva objetiva o restabelecimento dos componentes do grupo-gerador às condições de pleno funcionamento, mediante execução de regulagens, ajustes mecânicos ou eletrônicos, substituição de peças, componentes ou acessórios que se apresentarem danificados, incluindo correção de problemas que vierem a ocorrer em virtude de mau contato, vazamentos e outros. Em função do serviço realizado, deverá ser atestado por meio de Laudo, emitido e assinado pelo responsável da CONTRATADA, com discriminação da ocorrência apresentada, bem como repassar instruções de manuseio do motor à área de Serviços Gerais.

7.2.3. A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento do gerador do CONTRATANTE, ou quando requerida pela fiscalização do contrato e/ou por funcionário indicado pelo gestor do contrato;

7.2.4. A manutenção corretiva será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento do gerador do CONTRATANTE, ou quando requerida pela fiscalização do contrato e/ou por funcionário indicado pelo gestor do contrato;

7.2.5. Os chamados de urgência deverão ser atendidos a qualquer horário 24 horas por dia 7 dias por semana.

7.2.6. Os materiais obsoletos deverão ser obrigatoriamente devolvidos no Fundo Municipal de Saúde dentre outras condições estabelecidas.

7.2.7. A contratada deverá fornecer qualquer tipo de peça e acessórios para o completo funcionamento do grupo gerador. e deverá comprovar o desconto sobre as peças nas notas fiscais, com apresentação de 3 (três) orçamentos, no qual, será validado o de menor valor, que incidirá o desconto acordado com a contratante.

7.2.8. A manutenção corretiva deverá ser prestada pela contratada, mediante abertura de ordem de serviço do contratante, que será via telefone ou via e-mail, obedecendo as



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

seguintes regras: No caso de o gerador não ser acionado na falta de energia, o prazo máximo de atendimento será de até 02 (duas) horas contadas a partir do contato via telefone e/ou e-mail. Nesse caso, impreterivelmente, a CONTRATADA fica obrigada a colocar o grupo-gerador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 01 (um) hora, contado a partir da comunicação, salvo nos problemas extremos, analisado pelo fiscal do contrato. Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 04 (quatro) horas, contadas a partir do encaminhamento da ordem de serviço.

7.2.9. O prazo previsto no item acima, será contado dentro do horário de funcionamento estabelecido neste Termo de Referência, segunda-feira a sexta-feira, finais de semana e feriados. Decorridos os prazos descritos, sem o atendimento devido, fica a Secretaria Municipal de Saúde de Anchieta ES, autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.

7.2.10. A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO lista atualizada dos profissionais que atenderão, tanto nas demandas normais quanto nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial.

7.3 Fornecimento de peças

7.3.1. A CONTRATADA deverá utilizar peças, sempre que possível, componentes e acessórios originais dos respectivos fabricantes. Não serão aceitas peças, componentes e acessórios de marcas similares, salvo se os originais não mais existirem no mercado;

7.3.2. Quando não for possível a substituição por componentes originais o fato deverá ser comunicado oficialmente à FISCALIZAÇÃO do contrato;

7.3.3. O reparo e o fornecimento das peças para manutenção corretiva, devem seguir as regras estabelecidas nos itens 7.2.8 e 7.2.9.

7.3.4. A aprovação do orçamento das peças e o desconto a elas aplicado será efetuado, de acordo com o fluxograma, anexo I, deste Termo de Referência

7.3.5. A aprovação do orçamento das peças substituídas deve seguir fluxograma (ANEXO I).

7.4. Condições gerais

7.4.1. Os serviços serão executados em 01 (um) gerador, **instalado no Pronto Atendimento Municipal, localizado na estrada Anchieta x Jabaquara, nova esperança s/n, Anchieta- ES, CEP: 29230-000**, de segunda-feira a sexta-feira, finais de semana e feriados, previamente agendados com o contratante, podendo ser executado a qualquer tempo desde que uma das partes solicite previamente, não gerando nenhum custo adicional para o CONTRATANTE;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

7.4.2. Todos os serviços mencionados neste Termo de Referência consistem em manutenção preventiva e corretiva. Entendem-se isso por todas as ações e intervenções permanentes, periódicas ou pontuais e emergenciais no gerador, suas peças e componentes;

7.4.3. Os serviços de manutenção deverão ser realizados através de visitas Técnicas programadas as quais deverão ser previamente agendadas junto com o cronograma de manutenções preventivas e através de chamadas de emergência para atendimento de manutenção corretiva;

7.4.4. A equipe técnica da contratada deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados, os quais desenvolverão as diversas atividades necessárias à execução dos serviços contratados;

7.4.5. Os serviços incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, verificação das condições operacionais do gerador, análises de vazamento, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada do equipamento;

7.4.6. Caso tenha tido problema em alguma peça do grupo-gerador e não consiga ser consertada no local, só será possível sua retirada pela CONTRATADA, mediante prévia aprovação e avaliação pelo fiscal do contrato, ficando a mesma inteiramente responsável pela integridade física de seus componentes durante a retirada, transporte, substituição de peças e reinstalação, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

7.4.7. Os instrumentos, materiais auxiliares devem ser fornecidos pela CONTRATADA, tais como óleos lubrificantes especiais, estopa, parafusos, correias e lâmpadas de sinalização, os quais poderão permanecer nas dependências do contratante somente pelo período da execução dos serviços.

8. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período desde que comprovada sua vantajosidade, pelo prazo de até 05 anos, por tratar-se de serviço contínuo, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. As condições contratuais deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas previstas no Contrato, no Edital de Licitação e seus anexos e dentro das normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

8.4.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6.A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicado(s) pela(s) Unidade(s) Requisitante(s), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput; Decreto Municipal nº 6.340/2023, artigos 19 a 21).

8.6.1.Ficam indicados os seguintes servidores para acompanhar a fiscalização:

- A) **Maicon Souza das Neves:** Portaria nº 28/2023;
- B) **José Henrique Bourguignon:** Portaria nº 776/23;

8.7.Caberá à fiscalização, dentre outras:

8.7.1.Acompanhar a execução do contrato (ou documento equivalente), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato (ou documento equivalente), de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

8.7.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

8.7.3.Emitir, quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para acorção;

8.7.4.Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

8.7.5.Comunicar, ao gestor do contrato, as ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

8.7.6.Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

8.7.7.Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relativas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas, verificará a manutenção das condições de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

habilitação da contratada, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

8.7.8. Nas ocasiões de descumprimento das obrigações contratuais por parte da Contratada, atuar tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Serviço

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no dia da execução dos mesmos, momento pelo qual o(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, verificará a conformidade da execução constante no Edital e no Termo de Referência.

9.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente após a notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. Para o cumprimento no disposto da IN RFB 1234/2012, a contratada deverá emitir as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança com o destaque do IR na Fonte.

9.4. Havendo ausência de destaque do imposto no documento fiscal, a liquidação da despesa ficará sobrestada até a contratada providenciar as medidas saneadoras, não ocorrendo qualquer ônus à contratante.

9.5. A contratada amparado pela isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da plena execução dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

9.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

9.9.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.10.O prazo para a solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.11.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.1.12. Para o cumprimento no disposto da IN RFB 1234/2012, os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir as notas fiscais, faturas ou quaisquer outros documentos de cobrança com o destaque do IR na Fonte.

9.1.13. Havendo ausência de destaque do imposto no documento fiscal, a liquidação da despesa ficará sobrestada até que o fornecedor de bens ou prestador de serviços providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo qualquer ônus à contratante.

9.1.14. A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparado pela isenção, não incidência ou alíquota zero deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

Liquidação

9.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.12.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.15. A nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente, deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

- a) A Administração deverá realizar consulta para verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada exigidas no edital;
- b) A Administração deverá consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) como forma de identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se qualquer situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

9.18. Em caso de atraso pelo contratante, caberá ao contratado direito ao recebimento de multa financeira calculada nos seguintes termos:

$$VM = \frac{VF \times 0,33 \times ND}{100}$$

100

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em
atraso ND = Número de dias em atraso

Forma de pagamento

9.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou em último caso (se permitido na fonte de recurso e com justificativa plausível), por via de cheques nominais através de depósito em Agência Bancária;

9.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

11. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

11.1.O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no mapa comparativo de preços;

11.2.Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

11.3. Na proposta de preço, devem estar incluídos todos os custos, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o(s) objeto(s) da contratação;

114. A proposta de preço apresentada deve ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria	Classificação Funcional	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
SEMUS/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0301.1030100392.179	3.3.90.39.17	150000150000 1720000000003	457
	0301.1030100392.179	3.3.90.30.25		787

13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A participação de qualquer proponente no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições. Nos preços deverão já estar inclusas todas as despesas, tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras.



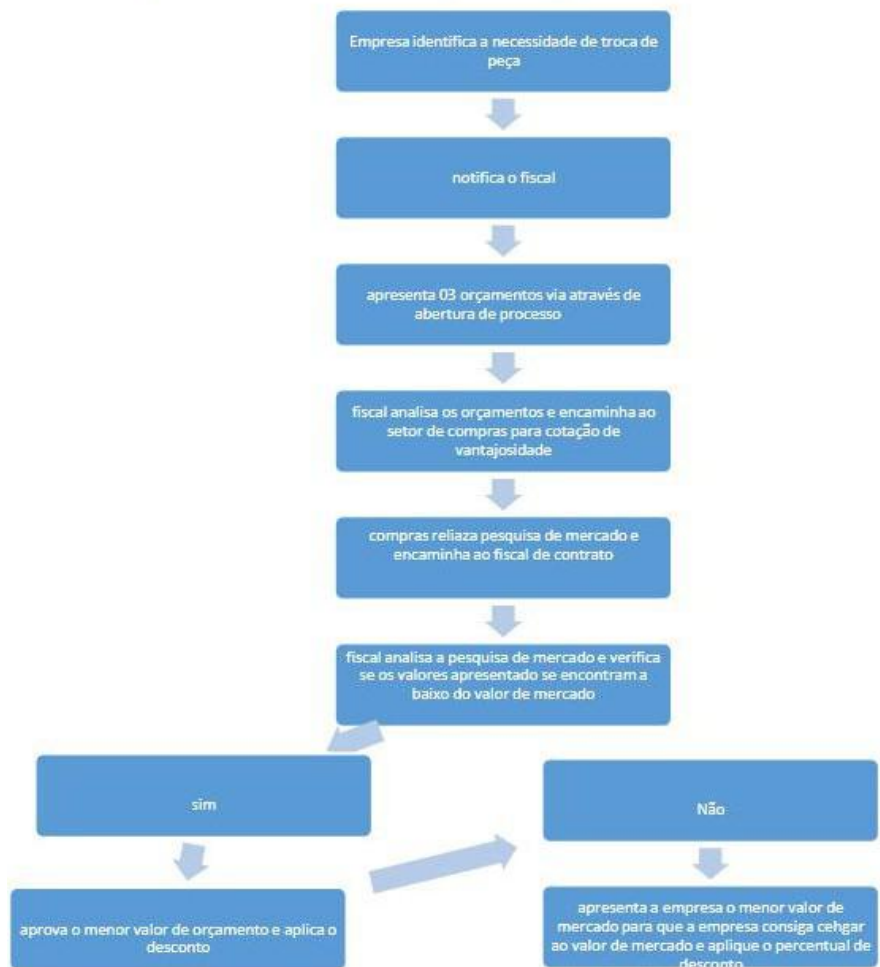
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

(Protocolo Digital nº 22571/2023)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

Apêndice I do Anexo I

Fluxograma e critérios para aprovação do orçamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

(Protocolo Digital nº 22571/2023)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

Apêndice II do Anexo I

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 001/2024

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a necessidade de contratação de empresa especializada para eventual manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados.

A demanda foi enviada através do memorando PMA/SEMUS/GOVS nº 313/2023 de 30 de novembro de 2023, protocolo 22571/2023.

Como justificativa à necessidade de contratação foi apresentada pelo órgão demandante:

Considerando o princípio da integralidade da assistência aos cidadãos, entendida como conjunto articulado contínuo das ações e serviços de saúde preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a necessidade de realização de atividades visando tornar viáveis os princípios e diretrizes de acesso universal e da dignidade do cuidado.

Considerando a necessidade de manutenção das ações e serviços de saúde tangentes às atividades exercidas por esta Secretaria;

O objeto em epígrafe trata-se de um serviço que visa suprir necessidade de natureza técnico operacional, cujo objetivo principal consiste em manter o equipamento em pleno funcionamento, cumprindo a finalidade a que se destinam, bem como preservando sua vida útil.

O município possuía o contrato nº 026/2020 que teve sua vigência até o dia 30 de novembro de 2023, esta gerência após abrir o processo nº 3958/2023 para prosseguir com a renovação, após vários contatos por telefone e email no mês de maio, porém sem



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

sucesso, no entanto em agosto de 2023 foi possível contactar o responsável pela empresa e prosseguir com o termo aditivo.

Ocorre que a empresa na pessoa do representante legal manifestou por telefone que a mesma não possui interesse mais em renovação.

Desta forma, necessitamos manter os serviços em pleno funcionamento do estabelecimento de saúde que funciona 24 horas por dia sem exceção de finais de semana e feriados.

Ainda, verifica-se relação direta entre os serviços e materiais, havendo dependência entre os itens que visam manter o bom funcionamento do sistema alternativo de energia elétrica do Pronto Atendimento Municipal.

Além disso, a contratação de empresa especializada se justifica pela ausência de profissionais no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anchieta, que atuem nas atividades mencionadas.

Após o envio do versão inicial do Estudo Técnico Preliminar, a SEMUS através do MEMO 09/2024 realizou as devidas justificativas, solicitações de alterações e trouxe aos autos novas informações, motivo pelo qual o Estudo Técnico passou por ajustes.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação estava prevista no Cronograma de Compras da Prefeitura de Anchieta instituído através do Decreto Municipal 6.388, de 11 de abril de 2023 (<http://anchieta.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/image/DEC63882023.pdf>), e não tem vinculação ou dependência com outros objetos.

Registra-se que de acordo com o cronograma de compras da PMA, o processo deveria ter sido efetuado no mês de maio de 2023, ainda seguindo os trâmites da 8.666/93. Porém, a SEMUS, apresenta a justificativa da tentativa de renovação de contrato existente, negada pela empresa apenas no último dia de vigência do contrato, apesar das tentativas de contato da SEMUS com a empresa, desde o mês de AGOSTO. Portanto apesar das tentativas da SEMUS, a renovação não foi possível e somente houve a negativa do empresa, ao final da vigência do contrato, podendo acarretar em



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

descontinuidade de serviço essencial, motivo pelo qual se justifica a inclusão do processo de aquisição em data divergente no cronograma de compras.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Descrição do Objeto

3.1.1. A secretaria de saúde apresentou, a seguinte descrição e os seguintes requisitos:

3.1.1.1 Serviço de manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador Gera Power Brasil (gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3 212, VOLT. 220/127.

3.1.1.2. Equipamento:

3.1.1.2.1. 01 (um) GERA POWER BRASIL – BRUSHLESS GENERATOR. MOD.: GF 3 212 POTÊNCIA STAND BY: 170 KW 212 KVA POTENCIA CONTÍNUA: 165 KW 206 KVA FATOR POT: 0,8 Ip23 H TEMP. AMB. 40 °C Nº SÉRIE: PG10070238 VOLT. 220/127 RPM. 1800 FASE. 3 AMP 680 DATA: 07/2011 RPM. 1800 MOTOR MOD.6113ZID Nº SÉRIE: 0130031

3.1.1.3. Manutenção Corretiva:

3.1.1.3.1. A manutenção corretiva é aquela destinada a solucionar os defeitos apresentados pelo grupo gerador, compreendendo reparação, substituição de peças, restauração dos componentes e de todas as atividades necessárias a garantia do perfeito funcionamento do equipamento defeituoso, conforme manuais e normas técnicas específicas.

3.1.1.3.2. Fornecimentos de Peças, Acessórios e Implementos: O fornecimento de peças originais/genuínas e material específico a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos neste termo de referência.

3.1.1.3.3. Os chamados para os eventuais defeitos deverão ser atendidos no prazo máximo de até 02 (duas) horas contados a partir do contato pelo telefone ou e-mail e nesse caso impreterivelmente a contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

fica obrigada a colocar o grupo-gerador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 01 (um) hora;

3.1.1.3.4. Os chamados de urgência deverão ser atendidos a qualquer horário 24 horas por dia 7 dias por semana.

3.1.1.3.5. Os materiais obsoletos deverão ser obrigatoriamente devolvidos no Fundo Municipal de Saúde dentre outras condições estabelecidas.

3.1.1.4. Manutenção Preventiva:

3.1.1.4.1. Efetuar manutenção preventiva dos equipamentos mantendo-os em condições normais de funcionamento, tais como: Possuir todos os equipamentos necessários na hora da manutenção, para que o serviço não seja interrompido sem conclusão;

3.1.1.4.2. Na manutenção, deve ser realizada uma verificação das condições gerais do grupo gerador, a fim de verificar se está tudo em perfeito funcionamento e, também, se existe algum desgaste que seja passível de tornar-se um problema;

3.1.1.4.3. Verificar a limpeza e o nível do líquido de arrefecimento do radiador;

3.1.1.4.4. Verificar, através da vareta, o estado e o nível do óleo do cârter; Verificar o nível do combustível do tanque;

3.1.1.4.5. O óleo combustível deve ser de boa qualidade, isento de impurezas e água. Guardar em recipiente limpo, protegido da chuva e da poeira;

3.1.1.4.6. Verificar se há vazamentos de óleo e água. Repare-os se houver antes de voltar a funcionar o motor;

3.1.1.4.7. Ficar atento ao ruído do motor, em caso de anormalidade, pará-lo e comunicar a contratante;

3.1.1.4.8. Limpar a caixa e o filtro de ar quando o equipamento estiver operando em local empoeirado.

3.1.1.4.9. Caso seja necessária alguma atividade não descrita neste tópico, a mesma deverá ser realizada, para que se possam manter em bom uso de funcionamento todos os equipamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

3.4.1.5. Reposição de Peças:

3.1.1.5.1 reposição de peças para o grupo - Gerador Gera Power Brasil
(gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3212, VOLT. 220/127

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES¹

4.1. Descrição:

DESCRIÇÃO	UN	QTDADE
Manutenção corretiva para grupo gerador do Pronto atendimento municipal - Grupo Gera Power Brasil (gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3 212, VOLT. 220/127. Será realizada sempre que solicitada pelo contratante, e deverá ser feita da seguinte maneira: manutenção corretiva: a manutenção corretiva deverá ser prestada pela contratada, mediante abertura de ordem de serviço do contratante, que será via telefone ou via e-mail, obedecendo as seguintes regras. no caso de o gerador não ser acionado na falta de energia, o prazo máximo de atendimento será de até 02 (duas) horas contadas a partir do contato via telefone e/ou e-mail. nesse caso, impreterivelmente, a contratada fica obrigada a colocar o grupo-gerador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 01 (um) hora, contado a partir do início do atendimento, salvo nos problemas extremos, analisado pelo fiscal do contrato. nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 04 (quatro) horas, contadas a partir do encaminhamento da ordem de serviço; o equipamento poderá ser retirado para a execução dos serviços nas dependências da contratada, a qual terá um prazo de 24 horas para apresentar diagnóstico, bem como as peças necessárias ao reparo, com o respectivo orçamento; após a autorização para conserto, a contratada terá o prazo de 1(um) útil para devolução. os materiais obsoletos deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao fundo municipal de saúde dentre outras condições estabelecidas	Horas de trabalho (HT)	500

DESCRIÇÃO	UN	QTDADE
Manutenção preventiva do grupo gerador do Pronto atendimento municipal - Grupo Gera Power Brasil (gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3 212, VOLT. 220/127. Será realizada 4 (quatro) vezes anual e deverá ser feita da seguinte maneira: a primeira no prazo máximo de 24 horas após assinatura do contrato, a segunda 90 dias após a data de realização da primeira e assim sucessivamente até a última. manutenção preventiva: efetuar manutenção preventiva dos equipamentos mantendo-os em condições normais de funcionamento, tais como: possuir todos os equipamentos necessários na hora da manutenção, para que o serviço não seja interrompido sem conclusão; na manutenção, deve ser realizada uma verificação das condições gerais do grupo gerador, a fim de verificar se está tudo em perfeito funcionamento e, também, se existe algum desgaste que seja passível de tornar-se um problema; verificar a limpeza e o nível do	UN	4

¹ Descrição e quantidade conforme DFD e último processo de contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

Líquido de arrefecimento do radiador; verificar, através da vareta, o estado e o nível do óleo do cârter; verificar o nível do combustível do tanque; o óleo combustível deve ser de boa qualidade, isento de impurezas e água. guardar em recipiente limpo, protegido da chuva e da poeira; verificar se há vazamentos de óleo e água. repare-os se houver antes de voltar a funcionar o motor; ficar atento ao ruído do motor, em caso de anormalidade, pará-lo e comunicar a contratante; limpar a caixa e o filtro de ar quando o equipamento estiver operando em local empoeirado. caso seja necessária alguma atividade não descrita neste tópico, a mesma deverá ser realizada, para que se possam manter em bom uso de funcionamento todos os equipamentos		
--	--	--

DESCRIÇÃO	UN	QTD
Fornecimento de peças acessórios e implementos para manutenção corretiva do grupo gerador do Pronto atendimento municipal - grupo Gera Power Brasil (gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3 212, VOLT. 220/127. Descrição: 01 (um) gera power brasil - brushless generator. mod.: gf 3 212 potência stand by: 170 kw 212 kva potencia contínua: 165 kw 206 kva fator pot: 0,8 ip23 h temp. amb. 40 °c nº série: pg10070238 volt. 220/127 rpm. 1800 fase. 3 amp. 680 data: 07/2011 motor mod. 6113zid nº série: 0130031 a contratada devesa fornecer qualquer tipo de peça e acessórios para o completo funcionamento do grupo gerador. e deverá comprovar o desconto sobre as peças nas notas fiscais, com apresentação de 3 (três) orçamentos, no qual, será validado o de menor valor, que incidirá o desconto acordado com a contratante.	% de desconto	

4.2 Considerações sobre as quantidades.

4.2.1 Manutenção preventiva

É possível encontrar na internet o manual do Grupo Gerador Gera Brasil: <https://drive.google.com/file/d/1o50HftulaVmRCsTzJMcaNSp1pB0QVbmt/view> . Nele são apresentadas as rotinas de manutenção preventiva recomendadas, que diferem da rotina apresentada pela SEMUS. Portanto, recomenda-se a revisão do item e de suas quantidades. De acordo com o manual essas seriam as ações de manutenção:

A) Manutenção preventiva MENSAL: verificar o elemento filtrante de ar e trocá-lo caso necessário, limpar o tanque de combustível, checar e apertar porcas e parafusos, verificar e completar o nível de combustível, verificar e completar o nível de óleo, checar vazamentos de óleo, checar o fluído da bateria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

B) Manutenção preventiva TRIMESTRAL: Trocar o óleo do motor.

C) Manutenção preventiva SEMESTRAL: Trocar filtro lubrificante, checar o bico injetor e trocá-lo se necessário, verificar a bomba de combustível, verificar a tubulação de combustível e trocá-la se necessário, ajustar a folga das válvulas de admissão.

D) Manutenção preventiva ANUAL: Trocar o filtro de combustível, limpar as superfícies de contato dos balancins, trocar os anéis do pistão.

4.2.2 Quantidade de horas de serviço para manutenção corretiva

a) Apesar do órgão requisitante não ter encaminhado o consumo, ou os serviços executados, nas conversas com a Sra. Prisciane a mesma informou que houve apenas um serviço de manutenção corretiva nos últimos 12 meses. A quantidade de horas prevista em contrato para o grupo gerador, está muito acima da quantidade utilizada em 12 meses, recomendando-se a revisão da quantidade de horas dentro de um planejamento mais realístico. Obviamente por tratar-se de serviço imprevisível e de difícil mensuração, o órgão deve manter boa margem de segurança, porém sem fugir de um planejamento realista.

4.2.3 Valores em contrato para manutenção corretiva

a) Apesar do órgão requisitante não ter encaminhado o consumo, ou os serviços executados, nas conversas com a Sra. Prisciane a mesma informou que houve apenas um serviço de manutenção corretiva nos últimos 12 meses. Desta forma, os valores disponibilizados em contrato para realização da manutenção corretiva, bem como as horas de serviço para manutenção corretiva estão muito acima da quantidade utilizada em 12 meses, recomendando sua revisão dentro de um planejamento mais realístico. Obviamente por tratar-se de serviço imprevisível e de difícil mensuração, o órgão deve manter boa margem de segurança, porém sem fugir de um planejamento realista.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

5. ANÁLISE DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1. Para que fosse possível avaliar a melhor solução a ser contratada, foi encaminhada ao órgão despacho solicitando maiores informações sobre: a) periodicidade e rotina de manutenção preventiva; b) histórico de manutenções corretivas, peças e serviços realizados; c) histórico de horas de serviço corretivo; d) lista de peças e serviços passíveis de correção no grupo gerador; e) informações sobre o contrato atual; f) motivos que motivaram a escolha da solução anteriormente.

5.2. As respostas dadas pelo órgão requisitante, demonstram a dificuldade do mesmo em responder aos questionamentos feitos, visto que o grupo gerador, trata-se de objeto técnico e específico, não havendo pessoal competente pra esclarecer dúvidas de caráter técnico, o que pode afetar a eficácia deste ETP.

5.3. Dentre as soluções possíveis para atendimento da demanda, encontramos no mercado diferentes formas de contratação, especialmente tratando-se da manutenção preventiva de grupos geradores de energia.

5.3.1. As manutenções preventivas seguem basicamente duas lógicas:

A) valor/mês;

B) valor por manutenção preventiva;

5.3.1.1. Não encontramos elementos suficientes que possam embasar a decisão pela forma de contratação, considerando que tecnicamente as duas formas atendem ao objetivo proposto e são encontrados pouquíssimas contratações do mesmo grupo gerador para que seja possível mensurar a vantajosidade econômica de um em detrimento do outro. Alheio a isso, teoricamente as duas formas de contratação, seguiriam a mesma rotina e periodicidade de manutenção, não havendo motivos para diferenças de valores entre as formas de contratação, desde que conste no termo de referência a rotina de manutenções e os serviços a serem executados em cada uma destas manutenções.

5.3.1.2. Recomenda-se a adoção de periodicidade e de rotina de manutenção preventiva, com os serviços executados conforme as indicações da empresa fabricante do grupo gerador, conforme apresentado neste ETP, no item 4.2, exceto se houver embasamento técnico divergente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

5.4. Com relação a manutenção corretiva, em geral, no mercado, as manutenções corretivas seguem lógicas diferentes na forma de contratação:

A) Manutenção corretiva cobrança de mensalidade.

B) Manutenção corretiva, com valores estimados previamente de cada peça e/ou serviço possível de ser executado; .

C) Manutenção corretiva, com orçamento reservado para tal fato e pesquisa de preços de valor da peça a ser corrigida, realizada pelo fiscal do contrato e proposta de orçamento da empresa.

D) Manutenção corretiva, com orçamento reservado e desconto das peças sobre o valor praticado no mercado, orçado pela empresa licitante (modelo adotado em Anchieta)

5.4.1. **Manutenção corretiva cobrança de mensalidade.** Este tipo de serviço encontramos no Edital do Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Saúde. Pregão Eletrônico 0577/2023. Nele previu-se a empreitada por preço global, utilizada como unidade de medida o serviço/mês para manutenção corretiva, preventiva e operacional dos equipamentos existentes na subestação dos grupos geradores da unidade de emergência pertencentes ao hospital messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes.

5.4.1.1 Análise superficial da forma de contratação, aparenta maior risco de dispêndio financeiro sem execução de serviços já que a empresa deverá fazer oferta prevendo as mais diversas possibilidades de manutenção, vez que a manutenção corretiva é de difícil previsão. Outro fator de atenção, pode ser o risco da empresa assumir com valores muito baixos e o grupo gerador sofrer grande avaria, da qual os custos de manutenção mensal não cobrem os custos do conserto do grupo gerador.

5.4.2. **Manutenção corretiva, com valores estimados previamente de cada peça e/ou serviço possível de ser executado.** O modelo que aparenta melhor eficiência, dada a previsibilidade dos valores das peças e serviços, mitigados vários riscos, exige porém capacidade técnica operacional do órgão demandante para executar tal levantamento de peças, serviços, acessórios, horas necessárias (máxima) para execução do serviço, etc. Porém o órgão demandante informou não ter pessoal, condição para efetuar tal levantamento. O manual do grupo gerador de acesso público na internet,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

também é incompleto nesse sentido, sem trazer discriminadas as peças e serviços corretivos que podem ocorrer.

5.4.3. As formas de contratação indicadas nos incisos “c” e “d” do item “5.2”, trazem lógicas parecidas de contratação, sendo importante em ambos os casos adotar rotinas de fiscalização, fluxograma de aprovação dos orçamentos e atuação do fiscal na aprovação destes, verificando se o preço respeita os valores de mercado e o desconto aplicado sobre o preço de mercado.

5.4.3.1. Este tipo de solução necessita que seja criado um fluxograma e critérios de apresentação de orçamento, aprovação dos mesmos, forma de verificação do preço de mercado e do desconto ofertado sobre o preço de mercado.

5.5 Solução mais vantajosa

5.5.1. Após análise das informações prestadas pelo órgão competente, bem como a pesquisa realizada e considerando a especificidade técnica e a ausência informações técnicas públicas sobre o gerador, bem como servidor com capacidade técnica específica na área de geradores elétricos a opção mais vantajosa à administração é contratação de empresa especializada para eventual manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados, **desde que seguidas:**

A) as orientações a respeito das quantidades de horas e orçamento previsto para manutenção corretiva;

B) o percentual de desconto seja definido sobre as peças trocadas na manutenção corretiva, uma vez que não consta na DFD este critério, mas observou-se que consta no último processo de contratação do serviço e no cadastro do item;

C) sejam indicados fluxogramas e critérios para aprovação dos orçamentos² e verificação do percentual de desconto e de fiscalização das horas trabalhadas no caso das manutenções corretivas;

² Devem ser definidos quais tipos de orçamentos serão aceitos (orçamentos de internet, orçamentos de empresas, etc), como será verificado se os orçamentos realmente apresentam valores executados no mercado, se o percentual de desconto será sobre o menor preço ou sobre a média de preços, quem será o responsável pela aprovação dos valores e verificação da fidedignidade destes. Sugestão de fluxograma: Empresa executa o serviço - apresenta os orçamentos e o desconto sobre o menor valor - fiscal confere o orçamento apresentado e confere se está de acordo com os valores de mercado e se o percentual está de acordo com o contrato - aprova o orçamento - empresa emite NF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

D) sejam seguidas as manutenções preventivas e separadas de acordo com sua especificidade em conformidade com a indicação do fabricante do grupo gerador, alterando portanto a sua descrição e as quantidades previstas.

6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

6.1. Os valores abaixo são somente uma estimativa com base nas informações prestadas pelo setor competente.

DESCRIÇÃO	UN	QT	VALOR UN	TOTAL
Manutenção corretiva para grupo gerador do Pronto atendimento municipal - Grupo Gera Power Brasil (gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3 212, VOLT. 220/127. Será realizada sempre que solicitada pelo contratante, e deverá ser feita da seguinte maneira: manutenção corretiva: a manutenção corretiva deverá ser prestada pela contratada, mediante abertura de ordem de serviço do contratante, que será via telefone ou via e-mail, obedecendo as seguintes regras. no caso de o gerador não ser acionado na falta de energia, o prazo máximo de atendimento será de até 02 (duas) horas contadas a partir do contato via telefone e/ou e-mail. nesse caso, impreterivelmente, a contratada fica obrigada a colocar o grupo-gerador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 01 (um) hora, contado a partir do início do atendimento, salvo nos problemas extremos, analisado pelo fiscal do contrato. nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 04 (quatro) horas, contadas a partir do encaminhamento da ordem de serviço; o equipamento poderá ser retirado para a execução dos serviços nas dependências da contratada, a qual terá um prazo de 24 horas para apresentar diagnóstico, bem como as peças necessárias ao reparo, com o respectivo orçamento; após a autorização para conserto, a contratada terá o prazo de 1(um) útil para devolução. os materiais obsoletos deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao fundo municipal de saúde dentre outras condições estabelecidas	Horas de trabalho (HT)	500	150,00	75.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR	TOTAL
			UN	
Manutenção preventiva do grupo gerador do Pronto atendimento municipal - Grupo Gera Power Brasil (gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3 212, VOLT. 220/127. Será realizada 4 (quatro) vezes anual e deverá ser feita da seguinte maneira: a primeira no prazo máximo de 24 horas após assinatura do contrato, a segunda 90 dias após a data de realização da primeira e assim sucessivamente até a última. manutenção preventiva: efetuar manutenção preventiva dos equipamentos mantendo-os em condições normais de funcionamento, tais como: possuir todos os equipamentos necessários na hora da manutenção, para que o serviço não seja interrompido sem conclusão; na manutenção, deve ser realizada uma verificação das condições gerais do grupo gerador, a fim de verificar se está tudo em perfeito funcionamento e, também, se existe algum desgaste que seja passível de tornar-se um problema; verificar a limpeza e o nível do líquido de arrefecimento do radiador; verificar, através da vareta, o estado e o nível do óleo do cárter; verificar o nível do combustível do tanque; o óleo combustível deve ser de boa qualidade, isento de impurezas e água. guardar em recipiente limpo, protegido da chuva e da poeira; verificar se há vazamentos de óleo e água. repare-os se houver antes de voltar a funcionar o motor; ficar atento ao ruído do motor, em caso de anormalidade, pará-lo e comunicar a contratante; limpar a caixa e o filtro de ar quando o equipamento estiver operando em local empoeirado. caso seja necessária alguma atividade não descrita neste tópico, a mesma deverá ser realizada, para que se possam manter em bom uso de funcionamento todos os equipamentos	UN	4 ³	1.192,56	4.770,24

DESCRIÇÃO	UN	VALOR RESERVADO NO ORÇAMENTO	DESCONTO OFERTADO %	TOTAL
Fornecimento de peças acessórios e implementos para manutenção corretiva do grupo gerador do Pronto atendimento municipal - grupo Gera Power Brasil (gerador) BRUSHLESS GENERATOR - modelo GF 3 212, VOLT. 220/127. Descrição: 01 (um) gera power brasil - brushless generator. mod.: gf 3 212 potência stand by: 170 kw 212 kva potencia contínua: 165 kw 206 kva fator pot: 0,8 ip23 h temp. amb. 40 °c nº série: pg10070238 volt. 220/127 rpm. 1800 fase. 3 amp. 680 data: 07/2011 motor mod. 6113zid nº série: 0130031	% de desconto	80.000,00		80.000,00

³ Recomenda-se a mudança na quantidade e descrição da manutenção preventiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

6.2. Observações sobre os valores encontrados:

O valor referência deste ETP, se faz baseado no contrato vigente até o ano de 2023. Caberá à Coordenação de Compras verificar o valor real de mercado para ser utilizado como base na licitação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Manutenção preventiva:

7.1.1. Efetuar manutenção preventiva dos equipamentos mantendo-os em condições normais de funcionamento;

7.1.2. Possuir todos os equipamentos necessários na hora da manutenção, para que o serviço não seja interrompido sem conclusão;

7.1.3. Na manutenção, deve ser realizada uma verificação das condições gerais do grupo gerador, a fim de verificar se está tudo em perfeito funcionamento e, também, se existe algum desgaste que seja passível de tornar-se um problema;

7.1.4. Verificar a limpeza e o nível do líquido de arrefecimento do radiador.

7.1.5. Verificar, através da vareta, o estado e o nível do óleo do cárter;

7.1.6. Verificar o nível do combustível do tanque;

7.1.7. O óleo combustível deve ser de boa qualidade, isento de impurezas e água. Guardar em recipiente limpo, protegido da chuva e da poeira;

7.1.8. Verificar se há vazamentos de óleo e água. Repare-os se houver antes de voltar a funcionar o motor;

7.1.9. Ficar atento ao ruído do motor, em caso de anormalidade, pará-lo e comunicar a contratante;

7.1.10. Limpar a caixa e o filtro de ar quando o equipamento estiver operando em local empoeirado.

7.1.11. Seguir as orientações da fabricante para manutenção preventiva;

7.1.12. Os materiais necessários para realização da manutenção preventiva são de responsabilidade da empresa contratada.

7.1.13. Os serviços incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, verificação das condições operacionais do gerador, análises de vazamento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico e limpeza, bem como orientações para operação normal e adequada do equipamento.

7.1.14. A manutenção preventiva deverá ser executada de modo que não prejudique o funcionamento das atividades do Pronto Atendimento Municipal.

7.2. Manutenção corretiva.

7.2.1. A manutenção corretiva é aquela destinada a solucionar os defeitos apresentados pelo grupo gerador, compreendendo reparação, substituição de peças, restauração dos componentes e de todas as atividades necessárias a garantia do perfeito funcionamento do equipamento defeituoso, conforme manuais e normas técnicas específicas.

7.2.2. Fornecimentos de Peças, Acessórios e Implementos:

7.2.2.1. O fornecimento de peças originais/genuínas e material específico a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos neste termo de referência. Será realizada sempre que solicitada pelo Contratante, e deverá ser feita da seguinte maneira: Os chamados para os eventuais defeitos deverão ser atendidos no prazo máximo de até 02(duas) horas contados a partir do contato pelo telefone ou e-mail e nesse caso impreterivelmente a contratada fica obrigada a colocar o grupo-gerador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 01 (um) hora;

7.2.2.2. Os chamados de urgência deverão ser atendidos a qualquer horário 24 horas por dia 7 dias por semana.

7.2.2.3. Os materiais obsoletos deverão ser obrigatoriamente devolvidos no Fundo Municipal de Saúde dentre outras condições estabelecidas.

7.2.3. A contratada deverá fornecer qualquer tipo de peça e acessórios para o completo funcionamento do grupo gerador. e deverá comprovar o desconto sobre as peças nas notas fiscais, com apresentação de 3 (três) orçamentos, no qual, será validado o de menor valor, que incidirá o desconto acordado com a contratante.

7.2.4. A manutenção corretiva deverá ser prestada pela contratada, mediante abertura de ordem de serviço do contratante, que será via telefone ou via e-mail, obedecendo as seguintes regras: No caso de o gerador não ser acionado na falta de energia, o prazo máximo de atendimento será de até 02 (duas) horas contadas a partir do contato via telefone e/ou e-mail. Nesse caso, impreterivelmente, a CONTRATADA fica



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

obrigada a colocar o grupo-gerador em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 01 (um) hora, contado a partir da comunicação, salvo nos problemas extremos, analisado pelo fiscal do contrato. Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 04 (quatro) horas, contadas a partir do encaminhamento da ordem de serviço.

7.2.5. O prazo previsto no item acima, será contado dentro do horário de funcionamento estabelecido neste Termo de Referência, segunda-feira a sexta-feira, finais de semana e feriados. Decorridos os prazos descritos, sem o atendimento devido, fica a Secretaria Municipal de Saúde de Anchieta ES, autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos e materiais ofertados.

7.2.6. A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO lista atualizada dos profissionais que atenderão, tanto nas demandas normais quanto nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial.

7.3. Condições gerais

7.3.1. Os instrumentos, materiais auxiliares devem ser fornecidos pela CONTRATADA, tais como óleos lubrificantes especiais, estopa, parafusos, correias e lâmpadas de sinalização, os quais poderão permanecer nas dependências do contratante somente pelo período da execução dos serviços.

7.3.2. A CONTRATADA deverá fornecer à FISCALIZAÇÃO lista atualizada dos profissionais que atenderão, tanto nas demandas normais quanto nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial.

7.3.3. Os descartes de materiais, óleo, poluentes devem ser feitos pela contratada em conformidade com a legislação vigente e os órgãos de controle ambiental.

7.3.4. A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo de peças, equipamentos e materiais para substituição, principalmente peças de consumo ou desgaste rápido;

7.3.5. A CONTRATADA deverá utilizar peças, sempre que possível, componentes e acessórios originais dos respectivos fabricantes. Não serão aceitas peças, componentes e acessórios de marcas similares, salvo se os originais não mais existirem no mercado;

7.3.6. Quando não for possível a substituição por componentes originais o fato deverá ser comunicado oficialmente à FISCALIZAÇÃO do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

7.3.7. Os serviços serão executados em 01 (um) gerador, instalado no Pronto Atendimento Municipal, localizado na estrada Anchieta x Jabaquara, nova esperança s/n, Anchieta-ES, CEP: 29230-000, de segunda-feira a sexta-feira, finais de semana e feriados, previamente agendados com o contratante, podendo ser executado a qualquer tempo desde que uma das partes solicite previamente, não gerando nenhum custo adicional para o CONTRATANTE.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1 Por tratar-se de solução integrada e dependente entre si sua contratação deve ocorrer em lote único.

8.2 Apesar de a regra para licitação ser o parcelamento da contratação, em casos específicos e, desde que devidamente justificado técnica e economicamente, o certame em lote único pode ser realizado. Há julgados, inclusive do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), sobre casos no município de Anchieta. Exemplo do acórdão TC-246/2018 –Segunda Câmara, publicado às folhas 168 a 173 do Diário Oficial de Contas do TCEES em 04 de junho de 2018, cujo assunto referente à licitação Pregão Presencial nº 029/2015 do próprio município de Anchieta/ES haja vista que houve questionamento sobre a aglutinação do objeto da licitação em um único lote. Como o próprio Acórdão cita (folhas 172), a “doutrina e a jurisprudência vêm avançando em seus posicionamentos e permitindo a contratação de forma integrada ou aglutinada, desde que devida e satisfatoriamente justificado no processo de contratação”. Ainda:

“A regra nas licitações é o parcelamento do objeto. A indivisibilidade somente se valida se amparada em estudo técnico e econômico. À luz da doutrina e da jurisprudência, a obrigatoriedade do parcelamento só pode ser afastada se comprovada sua inviabilidade técnica e econômica. Diante de todo o exposto, podemos perceber que a regra é a contratação parcelada, visando a economia de escala. Todavia, existe certa flexibilização, ou podemos falar em discricionariedade, que permite ao gestor, desde que devidamente fundamentado em estudo técnico e econômico, contratar de forma integrada.(...)Não queremos estabelecer uma regra de que serviços de informática devem ser contratados sempre de forma integrada. Muito pelo contrário, pois a orientação é que para serviços em geral o melhor é que sejam feitos de maneira parcelada, visando à economia de escala. Entretanto, nos serviços de informática há uma realidade em que a integração entre os vários módulos necessários em um sistema de gestão



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

pública é necessária. E essa integração nem sempre é garantida de maneira simples quando os módulos são contratados separadamente exigindo uma expertise maior tanto do contratante quanto do contratado. O que vai disciplinar a contratação em conjunto ou em lotes serão as peculiaridades do caso concreto. Não há que se penalizar o gestor simplesmente por ter contratado de forma conjunta, se é possível que ela seja mais eficiente em alguns casos. Ante todo o exposto, divergindo do entendimento da Área Técnica e Ministério Público de Contas, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado. ” (Acórdão TC-246/2018 –Segunda Câmara, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) ”.

E conclui que:

“Avalie e registre, em futuros certames, nos autos dos procedimentos licitatórios, os estudos devidos, para que se adote, ou não, a solução de integração do objeto a ser licitado, amparado em estudo técnico e econômico, que comprove sua viabilidade. ” (Acórdão TC-246/2018 – Segunda Câmara, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES).

8.3 Sendo assim, claro fica que, desde que devidamente fundamentado técnica e economicamente de suas vantagens, a licitação por lote é possível de ser utilizada.

8.4. No caso da contratação desejada, a licitação em lote único, segundo a SEMUS, trará vantagens econômicas significativas para a municipalidade, a saber:

- A) Os itens da contratação são similares e as empresas que atuam no ramo comercializam os 3 itens (manutenção corretiva, preventiva e horas).
- B) Isso permite que não há restrição de concorrentes na licitação;
- C) A logística de entrega fica facilitada e menos onerosa se uma única empresa for fazer a prestação do serviço. Isso impacta diretamente no custo final do produto;
- D) A possibilidade de ter um contrato com todos os itens da licitação se torna mais atraente às empresas, gerando maior competitividade e, conseqüentemente, melhores ofertas à municipalidade, ou seja, gera economia de escala;
- E) A própria jurisprudência consolidada no enunciado sumular 247 do TCU, já pacificou o assunto:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (Grifo nosso).”

F) Tecnicamente, a licitação em lote único tem a vantagem de facilitar o controle sobre os pedidos de entrega e sobre o fornecimento, permitindo que a Administração crie uma rotina única de trabalho, o que gera maior agilidade na execução do contrato considerando a obrigação da municipalidade de prever quando serão necessárias as entregas dos produtos para encaminhar as solicitações à contratada dentro de uma margem de segurança que não ocasione falta da prestação do serviço.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. A contratação de empresa especializada para eventual manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados visa manter os serviços em pleno funcionamento do estabelecimento de saúde que funciona 24 horas por dia sem exceção de finais de semana e feriados e manter o bom funcionamento do sistema alternativo de energia elétrica do Pronto Atendimento Municipal.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Deve ser elaborado pelo órgão demandante fluxograma para aprovação dos orçamentos, da verificação do preço de mercado e das horas trabalhadas na manutenção do gerador.

10.1.1. O fluxograma deve constar no Termo de Referência.

10.2. Devem ser estabelecidos os critérios para aprovação dos orçamentos apresentados e da verificação do percentual de desconto sobre o valor de mercado.

10.2.1. Tais critérios devem constar no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

10.3. Recomenda-se a participação de servidor com conhecimento em manutenção, ou serviços elétricos na fiscalização do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1. Não existem processos interdependentes para a viabilidade e aquisição da demanda ora pretendida.

12. ASPECTOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

12.1. O descarte de materiais, óleos, poluentes e peças utilizadas nas manutenções preventivas e corretivas devem obedecer a legislação vigente e as recomendações dos órgãos de controle ambiental.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1 Em virtude dos aspectos técnicos e econômicos explicitados nos itens deste documento, e em face das unidades requisitantes informarem que há dotação orçamentária para a aquisição de produto, declaramos a viabilidade da contratação do objeto deste Estudo Preliminar, desde que atendidas as considerações realizadas neste instrumento.

14. INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

14.1. A contratação deverá ser realizada mediante licitação na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global, modo de disputa aberto, nos termos do inciso XLI, art 6º e art. 29 da Lei 14.133/2021.

art. 6º [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...]

art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (grifo nosso)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

(Protocolo Digital nº 22571/2023)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

Apêndice III do Anexo I

MAPA DE RISCOS

Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados.

RISCO 01	
Probabilidade	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
DANO	
Descrição: Licitação Deserta – Processo licitatório sem empresas interessadas.	
Ação Preventiva	Responsável
Especificações dos equipamentos exigidos de acordo com as práticas do mercado; Atentar para que os preços estimados estejam em conformidade com os praticados pelo mercado. Identificação prévia de possíveis fornecedores e envio do aviso de licitação	Setor de Compras
Ação de Contingência	
1. Repetição do Certame	
	Pregoeiro

RISCO 02	
Probabilidade	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto	(<input type="checkbox"/>) Baixa (<input type="checkbox"/>) Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
DANO	
Descrição: Licitação Fracassada Todos os licitantes desclassificados ou com propostas superiores ao praticado no mercado.	
Ação Preventiva	Responsável
Pesquisar no mercado a compatibilidade das exigências do edital de licitação; Especificações dos equipamentos/materiais atualizadas e de acordo com as práticas do mercado. Atentar para que os preços estimados estejam em conformidade com os praticados pelo mercado.	Setor de Compras
Ação de Contingência	
1. Repetição do Certame	
	Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

RISCO 03	
Descrição: Impugnações, recursos e ações judiciais	
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Atraso no processo de contratação devido a impugnações, recursos ou ações judiciais.	
Ação Preventiva	Responsável
1. Especificações e exigências técnicas revisadas no intuito de possibilitar a participação do maior número de licitantes com a qualidade mínima exigida para evitar frustração indevida da competição.	Unidade Requisitante
1. Atentar para as legislações aplicáveis ao caso concreto	Setor de Compras
Ação de Contingência	Responsável
1. Designação de servidores qualificados para responder eventuais questionamentos e promover alterações eventualmente necessárias.	Procuradoria Geral do Município
1. Seguir as recomendações provenientes de Parecer Jurídico Municipal.	Pregoeiro

RISCO 04	
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Não recebimento do objeto licitado - Empresa vencedora não cumpre com a entrega	
Ação Preventiva	Responsável
1. Não há.	Não há
Ação de Contingência	Responsável
1. Convocar licitantes remanescentes, na ordem de classificação.	Pregoeiro
1. Abertura de nova licitação.	Unidade Requisitante

RISCO 05	
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta
DANO	
Descrição: Levantamento impreciso do objeto - Desconhecimento daquilo que se pretende contratar. Falta de clareza com relação a natureza, as especificações, as quantidades.	
Ação Preventiva	Responsável
1. Questionamento dos requisitos à área técnica demandante	NPCG
Ação de Contingência	Responsável
1. Revogação/suspensão do certame e/ou devolução dos autos para que a área demandante promova as adequações necessárias.	NPCG



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

ANEXO II

(Protocolo Digital nº 22571/2023)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

MODELO DE PROPOSTA

Proponente:	
Endereço:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Telefone de contato:	e-mail:
Validade da Proposta:	Prazo de entrega: Conforme TR (Anexo I do edital).
Condições de pagamento:	Dados bancários:

LOTE ÚNICO				
Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	HT	180	R\$ 188,40	R\$ 33.912,00
Descrição do Objeto	<p>MANUTENÇÃO CORRETIVA PARA GRUPO GERADOR, SERÁ REALIZADA SEMPRE QUE SOLICITADA PELO CONTRATANTE, E DEVERÁ SER FEITA DA SEGUINTE MANEIRA:</p> <p>MANUTENÇÃO CORRETIVA: A MANUTENÇÃO CORRETIVA DEVERÁ SER PRESTADA PELA CONTRATADA, MEDIANTE ABERTURA DE ORDEM DE SERVIÇO DO CONTRATANTE, QUE SERÁ VIA TELEFONE OU VIA E-MAIL, OBEDECENDO AS SEGUINTE REGRAS: NO CASO DE O GERADOR NÃO SER ACIONADO NA FALTA DE ENERGIA, O PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO SERÁ DE ATÉ 02 (DUAS) HORAS CONTADAS A PARTIR DO CONTATO VIA TELEFONE E/OU E-MAIL. NESSE CASO, IMPRETERIVELMENTE, A CONTRATADA FICA OBRIGADA A COLOCAR O GRUPO-GERADOR EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO NO PRAZO MÁXIMO DE 01 (UMA) HORA, CONTADO A PARTIR DA COMUNICAÇÃO, SALVO NOS PROBLEMAS EXTREMOS, ANALISADO PELO FISCAL DO CONTRATO. NOS DEMAIS CASOS, O PRAZO MÁXIMO DE ATENDIMENTO DEVERÁ SER DE 04 (QUATRO) HORAS, CONTADAS A PARTIR DO ENCAMINHAMENTO DA ORDEM DE SERVIÇO; O EQUIPAMENTO PODERÁ SER RETIRADO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATADA, A QUAL TERÁ UM PRAZO DE 24 HORAS PARA APRESENTAR DIAGNÓSTICO, BEM COMO AS PEÇAS NECESSÁRIAS AO REPARO, COM O RESPECTIVO ORÇAMENTO; APÓS A AUTORIZAÇÃO PARA CONserto, A CONTRATADA TERÁ O PRAZO DE 1(UM) ÚTIL PARA DEVOLUÇÃO. OS MATERIAIS OBSOLETOS DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE DEVOLVIDOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DENTRE OUTRAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.</p>			
Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02	ME	12	R\$ 6.600,00	R\$ 79.200,00
Descrição do Objeto	<p>MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR MENSAL: VERIFICAR O ELEMENTO FILTRANTE DE AR E TROCÁ-LO CASO NECESSÁRIO, LIMPAR O TANQUE DE COMBUSTÍVEL, CHECAR E APERTAR PORCAS E PARAFUSOS, VERIFICAR E COMPLETAR O NÍVEL DE COMBUSTÍVEL, VERIFICAR E COMPLETAR O NÍVEL DE ÓLEO, CHECAR VAZAMENTOS DE ÓLEO, CHECAR O FLUÍDO DA BATERIA</p>			
Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

03	SV	04	R\$ 8.080,00	R\$ 32.320,00
Descrição do Objeto	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR TRIMESTRAL , TROCAR O ÓLEO DO MOTOR			
Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04	SV	02	R\$ 11.880,00	R\$ 23.760,00
Descrição do Objeto	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR SEMESTRAL , TROCAR FILTRO LUBRIFICANTE, CHECAR O BICO INJETOR E TROCÁ-LO SE NECESSÁRIO, VERIFICAR A BOMBA DE COMBUSTÍVEL, VERIFICAR A TUBULAÇÃO DE COMBUSTÍVEL E TROCÁ-LA SE NECESSÁRIO, AJUSTAR A FOLGA DAS VÁLVULAS DE ADMISSÃO.			
Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
05	SV	01	R\$ 10.680,00	R\$ 10.680,00
Descrição do Objeto	MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA GRUPO GERADOR ANUAL , TROCAR O FILTRO DE COMBUSTÍVEL, LIMPAR AS SUPERFÍCIES DE CONTATO DOS BALANCINS, TROCAR OS ANÉIS DO PISTÃO.			
Item	Unidade	Valor Estimado Para Peças	Porcentagem FIXA de desconto	
06	01	R\$ 80.000,00	5%	
Descrição do Objeto	REPOSIÇÃO DE PEÇAS DE GRUPO GERADOR DESCRIÇÃO: 01 (UM) GERA POWER BRASIL - BRUSHLESS GENERATOR.MOD.: GF 3 212 POTÊNCIA STAND BY: 170 KW 212 KVA POTENCIA CONTÍNUA: 165 KW 206 KVA FATOR POT: 0,8 IP23 HTEMP. AMB. 40 ° CNº SÉRIE: PG10070238 VOLT. 220/127 RPM. 1800 FASE. 3 AMP. 680 DATA: 07/2011 MOTOR MOD. 6113ZIDNº SÉRIE: 0130031 A CONTRATADA DEVERA FORNECER QUALQUER TIPO DE PEÇA E ACESSÓRIOS PARA O COMPLETO FUNCIONAMENTO DO GRUPO GERADOR. E DEVERÁ COMPROVAR O DESCONTO SOBRE AS PEÇAS NAS NOTAS FISCAIS, COM APRESENTAÇÃO DE 3 (TRÊS) ORÇAMENTOS, NO QUAL, SERÁ VALIDADO O DE MENOR VALOR QUE INCIDIRÁ O DESCONTO ACORDADO COM A CONTRATANTE.			

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 259.872,00 (duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e dois reais).

Instruções de preenchimento:

- A licitante deverá informar os preços total do item e total global da proposta, seguindo a numeração constante na proposta, devendo os valores dos lances serem aplicados somente sobre os itens 01 a 05.
- Para o item 06, o valor estimado é **fixo**, devendo ser mantido em toda e qualquer proposta o valor de R\$ 80.000,00 previsto pelo Município para custear o fornecimento de peças e acessórios, onde a empresa vencedora deverá, sempre que for necessário a troca de peças e acessórios, ofertar 5% de desconto sobre o orçamento apresentado conforme previsto no item 7.3.5. do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

Cidade/UF, ____ de _____ de 2024.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

ANEXO III

(Protocolo Digital nº 22571/2023)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

DECLARAÇÃO CONJUNTA

_____, inscrito no CNPJ sob o nº _____,
endereço completo _____, neste ato representado por
_____ (nome completo), nacionalidade _____,
estado civil _____, profissão _____, inscrito no
CPF sob o nº _____, portador do documento de identificação (nº e órgão
emissor) _____, DECLARA, sob as penas da Lei que:

A) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

B) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

C) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

D) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

E) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

F) Para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar. Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006. () SIM | () NÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

G) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, bem como não se acha declarado inidôneo ou suspenso do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, estando ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores.

H) Os dados para eventual celebração de contrato/ARP do(s) representante(s) legal(is) da empresa são:

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o nº _____, portador do documento de identificação nº _____, órgão expedidor, endereço profissional.

I) Apresenta as seguintes informações de contato: endereço eletrônico e telefone , para envio de documentos e realização de contatos oficiais da Prefeitura Municipal de Anchieta.

J) Apresenta os seguintes dados bancários:

Instituição Financeira:

Agência:

Conta:

Variação:

Assume, ainda, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações prestadas.

Cidade/UF, ____ de _____ de 2024.

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

ANEXO IV

(Protocolo Digital nº 22571/2023)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2024,
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
ANCHIETA E A
EMPRESA

O Município de Anchieta, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rodovia Edival José Petri, Km 21,5, n.º 1.620, Vila Residencial Samarco, Anchieta/ES, CEP: 29.230-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 27.142.694/0001-58, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Prefeito Fabrício Petri, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº __, bairro _____, Cidade/UF, CEP nº _____, neste ato representado legalmente pelo Sr(a). _____, denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Protocolo Digital nº 22571/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº. xxx/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção elétrica e mecânica preventiva e corretiva do grupo gerador do pronto atendimento municipal com fornecimento de peças, acessórios e serviços especializados**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº xxx/2024, Protocolo digital nº 22571/2023 e seus anexos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração, podendo ser prorrogados por igual período, comprovada sua vantajosidade, pelo prazo de até 05 anos, por tratar-se de serviço contínuo, conforme art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.1. Antes de formalizar o contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e prestação dos serviços constam nos itens 7 e 8 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ _____;

5.2. No valor acima estão incluídos todos os custos, tributos de qualquer natureza, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas ao(s) objeto(s) da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 9 do Termo de Referência, anexo a este Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

- 7.1. Será admitido o reajuste dos preços do serviço contratado com prazo de vigência superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.
- 7.2. O interregno mínimo de 01 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data limite para apresentação da proposta constante do instrumento convocatório.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do último reajuste ocorrido.
- 7.4. Os reajustes serão precedidos de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos.
- 7.5. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial.
- 7.6. A decisão sobre o pedido de reajuste deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 7.7. O Contrato será reajustado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), coletado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
- 7.8. Deferido o Reajuste, será lavrado termo de apostilamento ao contrato vigente.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
 - 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Prestar os serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas nos serviços prestados, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente aos serviços prestados, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura de Anchieta para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Prestar os serviços no prazo e condições descritos no item 7 do Termo de Referência;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF ou CAGEFAN, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal e Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique que impacte na execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, sujeitando-se no caso de infrações constantes no art. 155 da Lei 14.133 as penalidades previstas nos artigos 156 da Lei nº 14133/2021 e demais disposições previstas neste instrumento e na Lei 14.133, especialmente previstas no TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da referida Lei, conforme disposto.

10.2. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no 10.2 as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3.2. A sanção prevista no inciso I do item 10.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I item 10.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.3.3. A sanção prevista no inciso II do item 10.3, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.2 deste TR.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

10.3.4. A sanção prevista no inciso III do item 10.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Anchieta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.3.5. A sanção prevista no inciso IV do item 10.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 10.2, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.3.4 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3.6. A sanção estabelecida no inciso IV do item 10.3 deste TR será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Secretário Municipal.

10.3.7. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do item 10.3.

10.3.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.3.9. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 10.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 10.3 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

10.5.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

10.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.7. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na seguinte forma:

a) **MULTA POR MORA** - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parcela em atraso, que será calculada pela fórmula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

10.7.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/2021.

10.8. Os atos previstos como infrações administrativas neste contrato, na Lei 14.133 de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

11.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 11.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.5.3. Indenizações e multas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria	Classificação Funcional	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
SEMUS/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0301.1030100392.179	3.3.90.39.17	150000150000 1720000000003	457
	0301.1030100392.179	3.3.90.30.25		787

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – ES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Núcleo de Planejamento de Contratações Gerais - NPCG

15.2. O extrato do instrumento contratual também será publicado em Diário Oficial utilizado comumente pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Anchieta/ES para dirimir quaisquer litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

16.2. E, por assim estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas do presente termo contratual.

Anchieta, ____ de _____ de 2024.

Fabrício Petri
Prefeito Municipal
Contratante

xxxxxxxxxx
xxxxxxxxxx
Contratada



ANEXO I DO CONTRATO Nº xxx/20xx

(anexar o TR no momento de celebração do contrato)

ANEXO II DO CONTRATO Nº XX/2024

[illegible]